

SEGUNDA FASE - ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER ENTREGUES:

(O presente rol de documentos está de acordo com a legislação vigente. A administração Pública poderá a qualquer momento solicitar documentos extras)

USE: S = Sim N = Não NA = Não se aplica

I – Regularidade Jurídica:	
	a) Cópia do estatuto social e das suas alterações devidamente registradas, que estejam em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019/2014, acompanhada de Declaração (Modelo – Item III)
	b) Declaração do contador dizendo que é responsável pela escrituração dos atos e fatos contábeis da OSC e que a escrituração encontra-se regular e de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, demonstradas nas demonstrações contábeis e fiscal (Modelo – Item I) , junto a comprovante de regularidade do contador perante o Conselho Regional de Contabilidade.
	c) Cópia da última ata de eleição da diretoria, devidamente registrada, em que conste a relação de dirigentes atuais da organização da sociedade civil;
	d) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme seu estatuto social, com respectivos endereços, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no cadastro de Pessoa Física – CPF. (Modelo – Item II)
	e) Comprovante de inscrição da Entidade, emitida pelo Conselho respectivo (Relativo a atividade da entidade)
II – Regularidade fiscal e trabalhista:	
	a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove a existência e a efetiva atividade da organização da sociedade civil há, no mínimo, 01 (um) ano;
	b.1) Comprovante de endereço da (água ou luz)
	b.2) Comprovante de endereço dos locais onde é executado o projeto (água ou luz)
	c.1) Certidão Negativa de Débitos —CND, com a Fazenda Federal
	c.2) Certidão Negativa de Débitos —CND, com a Fazenda Estadual
	c.3) Certidão Negativa de Débitos —CND, com a Fazenda Municipal
	e) Certidão Negativa de Débitos —CND, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço —FGTS; e,
	f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas —CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
	g) Certidão Negativa de Débitos —CND dos dirigentes da OSC, com o Tribunal de Contas do Estado —TCE-RS
III – Cópia dos alvarás de abaixo, quando for o caso;	
	funcionamento
	alvará sanitário
	IV – Documentos que comprovem a experiência prévia, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante
	V – Documentos que comprovem as instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;
<i>Os documentos abaixo listados são relacionados aos itens IV e V. A OSC poderá optar em anexar 01 ou mais itens, NÃO necessitando serem todos</i>	
	a) instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;
	b) relatório de atividades desenvolvidas;
	c) notícias veiculadas na mídia, em diferentes suportes, sobre atividades desenvolvidas;

	d) publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;
	e) currículo de profissional ou da equipe responsável pela execução do objeto da parceria;
	f) declarações de experiência prévia emitidas por organizações da sociedade civil, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e dirigentes de órgãos públicos ou universidades;
	g) prêmios locais ou internacionais recebidos;
	h) atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades; ou (Modelo – Item VII)
	i) quaisquer documentos que comprovem experiência e aptidão para cumprimento do objeto que será desenvolvido, submetidos à apreciação da administração pública.
	VI – Declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014; (Modelo – Item IV)
	IX – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 12.101/2009, se houver ;
	X – No caso de organização da sociedade civil de utilidade pública ou de interesse público, comprovação da qualificação, através de certificado ou declaração de que, na sua área de atuação, é reconhecida por órgão ou entidade federal, estadual ou municipal, nos termos da legislação pertinente;
	XI – Documento que comprove inscrição junto ao Conselho referente a sua área de atuação, com validade máxima de 01 (um) ano;
	XII – Outros, tais como documentos de regularidade técnica e econômica financeira, que poderão ser exigidos pela Administração Pública, de acordo com a natureza da entidade beneficiária e a atividade que desenvolve;
	XIII – Declaração de abertura de conta corrente específica (Modelo – Item VIII) . Obs. Deverá ser entregue somente após assinatura do Termo de Colaboração

NO CASO DE ATUAÇÃO EM REDE DEVERÃO SER ENTREGUES:

(Além dos documentos acima ser tratar de todas as OSC envolvidas na Rede, deverá incluir os documentos abaixo:)

	I – ter mais de 5 (cinco) anos de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
	II – possuir comprovada capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da(s) organização(ões) que com ela estiver(em) atuando em rede, cuja comprovação poderá ser feita por meio dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:
	a) carta de princípios ou similar ou registros de reuniões e eventos da rede ou redes que participa ou participou;
	b) declaração de secretaria-executiva ou equivalente de rede ou redes que participa ou participou, quando houver;
	c) declaração de organizações que compõem a rede ou redes de que participa ou participou; e
	d) documentos, relatórios ou projetos que tenha desenvolvido em rede.

DECLARAÇÃO DE CONTADOR

_____, presidente/diretor/provedor do (a) _____, CPF _____, declaro para os devidos fins e sob penas da Lei, que _____ (nome do contador), CPF _____, RG _____, CRC n° _____ é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Declaro ainda que a escrituração está regular e perfeita de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, demonstradas nas demonstrações contábeis e fiscal.

Bento Gonçalves RS, ____ de _____ de 202__.

Nome da Entidade
Nome do Presidente

Nome do Escritório Contábil
CNPJ _____

Nome do Contador responsável
CRCRS n° _____
CPF n° _____
Telefone: _____

Obs: anexar a esta certidão comprovante de regularidade do contador perante o Conselho Regional de Contabilidade

(Modelo – Item II)

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA

_____, (presidente, diretor ou provedor) do (a) _____,
CPF _____, Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade,
cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são:

Presidente: _____, CPF _____.
RG _____ Órgão Expedidor _____
Telefone: () _____ - _____ E-mail: _____ Endereço
(Rua/Av., nº, apartamento, bairro, cidade, estado, CEP):

Vice-Presidente: _____, CPF _____.
RG _____ Órgão Expedidor _____
Telefone: () _____ - _____ E-mail: _____ Endereço
(Rua/Av., nº, apartamento, bairro, cidade, estado, CEP):

Outros: _____, CPF _____.
RG _____ Órgão Expedidor _____
Telefone: () _____ - _____ E-mail: _____ Endereço
(Rua/Av., nº, apartamento, bairro, cidade, estado, CEP):

_____, CPF _____.

Bento Gonçalves RS, ____ de _____ de _____.

Nome da Entidade
Nome do Presidente

(Modelo – Item III)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

_____, (nome de quem está
declarando), _____ (presidente, diretor ou provedor) do (a)
_____, (nome da Entidade), CPF nº _____
_____, declaro para os devidos fins e sob penas da Lei que:

- a) Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública.
- b) Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- c) A entidade teve seu início das atividades em ____/____/____ possuindo então ____ anos de existência, com cadastro ativo.
- d) A OSC possui experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante de _____ anos;
- e) A OSC possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
- f) A OSC é uma entidade sem fins lucrativos ou econômicos conforme artigo nº _____ do Estatuto
- g) A OSC tem seus Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social conforme artigo nº _____ do Estatuto
- h) Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta artigo nº _____ do Estatuto
- i) A OSC Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial artigo nº _____ do Estatuto
- j) A OSC em cumprimento ao Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal combinado ao inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de que **não possuímos em nosso quadro funcional** menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão de verdade, sob as penas da lei, firmamos a presente.

Bento Gonçalves/RS, ____ de _____ de _____.

Nome da Entidade
Nome do Presidente

(Modelo – Item IV)

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À
CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Bento Gonçalves/RS, ____ de _____ de _____.

Eu _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____ expedida por _____ em _____/_____/_____, representante legal da Organização da Sociedade Civil _____ DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO n.º ____ para a celebração do Termo de ____ (Fomento ou Colaboração) e:

- I. Não está suspensão de participar de licitação, nem impedida de contratar com a administração;
- II. Não está declarada inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- III. Não está suspensa temporariamente da participação em chamamento público nem impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de _____;
- IV. Não está declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- V. Não possui contas de parcerias anteriores rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- VI. Não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- VII. Não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- VIII. Não possui, entre seus dirigentes, pessoas:
 - a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
 - b) Julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
 - c) Consideradas culpadas por ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
 - d) Membro de Poder Legislativo, Executivo ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Bento Gonçalves/RS, nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida OSC, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são:

Presidente: _____, CPF _____.
Vice-Presidente: _____, CPF _____.
Conselheiro: _____, CPF _____.
(Indicar todos).

Por ser expressão de verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

Nome da Entidade
Nome do Presidente

(Item VI - USAR SOMENTE QUANDO CAPTAR RECURSO ATRAVÉS DE EDITAIS)

CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE DA OSC

Bento Gonçalves/RS, em _____ de _____ de 202__.

À Comissão de Seleção do Chamamento Público do Edital nº ____/____.

Senhor (a) Presidente:

Em atendimento ao disposto no Edital de Chamamento Público em epígrafe, credenciamos o (a) Sr(a).
....., portador da Carteira de Identidade n.º expedida por em
...../...../....., para que represente nossa organização neste Chamamento, com poderes plenos para prestar
esclarecimentos, assinar atas, proposta, declarações, plano de trabalho e demais documentos, interpor recursos
ou renunciar ao direito de interpô-los, apresentar documentos e praticar todos os atos necessários à participação
de nossa organização neste chamamento.

Nome da Entidade
Nome do Presidente

(Modelo – Item VII)
DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Bento Gonçalves/RS, em _____ de _____ de 202__.

À Comissão de Seleção do Chamamento Público do Edital nº ____/____.

Senhor (a) Presidente:

Declaramos para os devido fins de direito, em cumprimento a alínea “c” do inciso V, art. 33 da Lei 13.019/2014, que possuímos instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas e que possuímos, em nosso quadro funcional profissionais responsáveis pela execução, conforme o quadro abaixo:

Nome Completo	Profissão	Nº do registro Profissional	Carga horária semanal

Por ser expressão de verdade e sob as penas da lei, firmamos a presente.

Nome da Entidade
Nome do Presidente

(Modelo – Item VIII)
DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA
Deverá ser entregue somente após assinatura do Termo de Colaboração

Bento Gonçalves/RS, em _____ de _____ de 202__.

Declaramos para os devido fins e sob pena da lei, a abertura de conta corrente específica para o termo de parceria, da qual encaminharemos as informações abaixo descritas:

BANCO:

AGÊNCIA:

OPERAÇÃO:

CONTA CORRENTE:

Nome da Entidade
Nome do Presidente